

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

FUNCIONÁRIOS
Consun vai debater
dias parados

*

ESTUDANTES
Reitoria trava negociação
sobre mensalidades

CONTRATO DE TRABALHO

Professores mantêm princípios sobre maximização

Na assembléia realizada em 1.º/12 professores reafirmaram os princípios levantados em reuniões anteriores com respeito às deliberações aprovadas no Consun sobre seus contratos de trabalho. Para os docentes, é prioritário que não aconteça nenhuma redução, nem reduções contratuais. Também é fundamental a manutenção da qualidade de ensino até agora envolvido na universidade.

A reunião serviu para levantar questões que vêm ocorrendo em vários departamentos em decorrência da maximização da 65/78. Docentes do departamento de Administração, por exemplo, denunciaram que os critérios utilizados para determinar a carga horária dos professores não estão sendo transparentes. Também foi mencionado por estes o fato de não terem sido marcadas reuniões de departamento para discutir as alterações contratuais, o que poderia criar situações de flagrante injustiça. Nesse sentido, as manifestações

da assembléia caminharam para a responsabilização da Reitoria por todas as decisões antidemocráticas que venham a ocorrer em consequência da maximização.

Já o professor Hamilton Octavio de Souza, chefe do Departamento de Jornalismo, relatou uma situação diferente em seu departamento, onde as decisões estão sendo coletivizadas. Contudo, Hamilton ressaltou que as atuais medidas podem ter maior duração do que a prevista pela Reitoria: "o que está sendo feito é a aplicação de um novo contrato de trabalho a ser implantado na universidade".

O perigo de que as atuais condições de trabalho sejam destruídas foi a preocupação do professor Erson Martins de Oliveira, diretor da APROPUC. Erson lembrou que, em breve, pode vir a denúncia do Acordo Interno da categoria e que, ao negar-se ao debate coletivo, a atual Reitoria procura viabilizar aplicações isoladas de suas medidas, discutindo fragmentariamente pelos

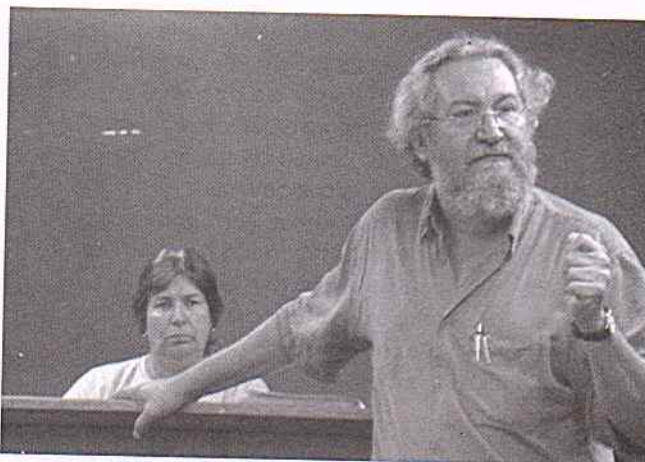
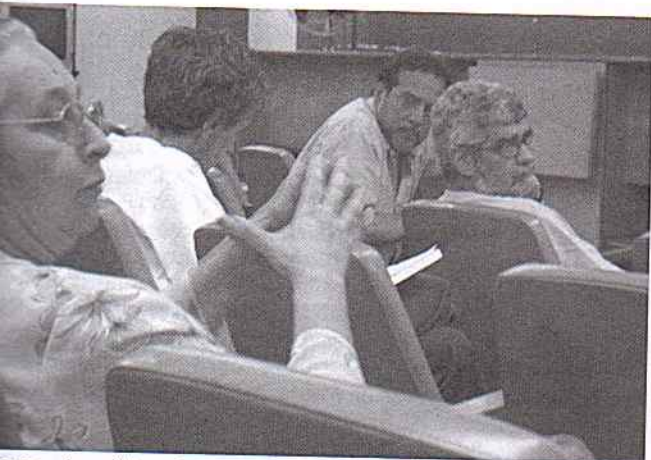
departamentos, não possibilitando que os professores tenham compreensão da totalidade do quadro.

Outras propostas

Além da manutenção de suas reivindicações anteriores, os professores decidiram solicitar uma nova data para a reunião aberta com a Reitoria. No próximo dia 13/12, deverá acontecer mais uma assembléia, quando será agendada uma nova data para que a Reitoria venha explicitar melhor as suas propostas.

Também foi aprovado que o processo de aplicação das medidas aprovadas pelo Consun deva ter um desenvolvimento o mais transparente e democrático possível, com as propostas sendo aprovadas de maneira coletiva e expressas em ata.

No sentido de aprofundar as discussões, está sendo chamada uma reunião para esta segunda-feira, 5/12, na sala P-78, às 18 horas, com as chefias departamentais.



FOTOS DE FÁBIO MASSIF

Professores de vários departamentos (esquerda) e a diretoria da APROPUC (direita) debatem a maximização da 65/78

MST na mira

A semana política foi dedicada à cassação do mandato parlamentar de José Dirceu. O homem que queria democratizar o Estado burguês (ditadura de classe da burguesia) foi alijado sem provas formais. Pagou com a moeda da política capitalista, que abraçou com tanto fervor. Mas pouca importância tem esse fato na ordem dos acontecimentos.

O fundamental é que nesse mesmo contexto a CPI da Terra encerrou seu trabalho caracterizando o MST como organização que pratica o terrorismo.

São-nos conhecidos os processos judiciais que caracterizam o movimento dos sem-terra de "formação de quadrilha". E no governo FHC aprovou-se uma lei contra as ocupações: terra ocupada não pode ser objeto de avaliação e de desapropriação. Tentativa e mais tentativas são feitas para tirar dos camponeses a força da luta pela terra. Sem ocupação, nada será feito diante da opressão latifundiária e da crise social no campo.

O governo Lula manteve todo o aparato de repressão estatal contra os sem-terra. Sob sua administração "democrática e popular", os fazendeiros continuaram matando lideranças e invadindo acampamentos com suas milícias armadas. A direção do MST acreditou que o PT poderia favorecer os pobres do campo contra os capitalistas do campo. Mas sua colaboração não fez senão retardar a luta pela reforma agrária. Apoiou-se em uma vantagem: ampliou no governo petista os convênios contraídos com o governo FHC, por meio de associações (Anca, Concrab e Iterra).

Ocorre que o governo Lula assumiu plenamente a causa do grande capital. Embrenhou-se nas relações mais apodrecidas do Estado e da política burguesa. Conclusão: abriu caminho para o avanço da reação contra o MST.

A UDR e a bancada ruralista conseguiram impor a CPI da Terra, cujo objetivo é o de pôr o movimento dos sem-terra na ilegalidade. O relator João Alfredo (PSOL) foi atropelado pela maioria dos parlamentares ligados à UDR. Abelardo Lupion (PFL) fez aprovar seu relatório por 12 votos a favor e apenas 1 contra (houve boicote dos petistas). Classifica a ocupação de terra como ato terrorista e crime hediondo. Recomenda ainda que se abra um processo judicial contra as Associações, por "desvio de dinheiro das finalidades".

Os parlamentares do PT protestaram e afirmaram o propósito de indiciar a UDR, por promover a violência no campo. Mas não passa de teatralização. O relatório da CPI/UDR vai para a Câmara e Senado. O jogo contra os pobres do campo continuará.

O fundamental desse acontecimento é que o MST está ameaçado de ser colocado na ilegalidade e sofrer brutal repressão, superior à suportada há duas décadas. O caminho de resposta contra a oligarquia e seus representantes fascistas é organizar o movimento social. É preciso uma ampla campanha de denúncia do PFL/PSDB e aliados e de responsabilização do governo Lula.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

Em discussão, um novo espaço para a AFAPUC

A AFAPUC reuniu-se com a Reitoria na terça-feira, 29/11, para discutir a destinação que será dada à sede da entidade, localizada nos prédios que serão demolidos para a construção de novos pavimentos, no corredor da Cardoso da Almeida.

O vice-reitor administrativo, Flávio Saraiva, afirmou que a Reitoria tem uma dificuldade concreta para alojar a associação durante a construção dos novos prédios. A direção da universidade imaginava que a AFAPUC teria condições de alugar um imóvel fora da PUC para se instalar enquanto durassem as obras.

O presidente da entidade, Anselmo Antonio da Silva, respondeu afirmando que a associação tem um orçamento pequeno, o que impediria a locação de um imóvel fora do câmpus.

A atual sede da AFAPUC tem 90 metros quadrados e foi doada à associação por Dom Paulo Evaristo Arns, há 28 anos.

Obras no corredor

A obra que seria iniciada no dia 18 de dezembro sofreu um atraso, em virtude da não liberação dos imóveis destinados a cobrir os custos da operação.

A venda do imóvel hoje ocupado pela escola Comecinho de Vida ainda não foi efetuada, já que, como o prédio foi dado como garantia ao Refis, espera-se que a PUC dê outro imóvel em substituição. Mas ainda falta regularizar a escritura do prédio da Cogear, alternativa escolhida. Por tudo isso, as obras devem começar, na melhor das hipóteses, em janeiro.

A venda da escola Comecinho de Vida cobrirá 70% do custo de dois prédios do corredor. Os outros 30% deverão ser alcançados através de adiantamento de aluguéis de estacionamento e livrarias nestes mesmos prédios. Ainda não estão totalmente definidos os recursos para a construção do terceiro prédio.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforas. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Homilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Consun contraria Maura e vai rever desconto dos dias parados

A Reitoria relutou, mas não adiantou: por 13 votos a sete, foi derrotada no Conselho Universitário, que revogou uma decisão particular da reitora Maura Véras. A virada rendeu até mesmo insinuações sobre um eventual veto à deliberação do Consun e “ingerências externas” nos rumos da universidade (leia matéria no quadro abaixo).

Tudo começou quando Maura anunciou a decisão de punir os funcionários que fizeram greve em 2004 com o desconto dos dias não trabalhados. Reunida em assembleia, a categoria decidiu pedir que o Consun discutisse esse desconto – mesmo porque ainda não há decisão definitiva da Justiça sobre o caso.

Mas o pedido não chegou ao conselho: parou nas mãos da reitora. Apoiando-se em pareceres da Coordenadoria da Assessoria Jurídica (CAJ) e de um escritório de advocacia externo, Maura julgou que não caberia ao Consun debater o desconto dos dias parados. O veredicto foi anunciado ao próprio conselho em 26/10.

Com isso, os funcionários decidiram elaborar um segundo recurso, voltado aos conselheiros, pedindo que a negativa prévia da reitora fosse revertida, e o desconto de fato fosse discutido pelo Consun. Foi essa solicitação que entrou em pauta na sessão de 30/11.

A argumentação da Reitoria

Encarregada como parecerista do recurso, a professora Anna Cintra (que até o ano passado era vice de Maura na presidência da pós-graduação) recomendou que o Consun seguisse a posição da reitora, e não colocasse em pauta o des-

conto dos dias parados.

Os argumentos foram os mesmos que haviam servido de base para a recusa de Maura, e simplesmente utilizavam-se de artigos do Estatuto da universidade para definir as atribuições do Consun, determinando o que deve e o que não deve entrar em pauta.

“Se o Estatuto for levado rigidamente, há muitas decisões que o Consun não poderia ter tomado”, lembrou a professora Madalena Peixoto, voz que seria ecoada por muitos dos conselheiros na seqüência. A professora comentou que o tratamento estritamente jurídico da questão “não é compatível com a história e os costumes do conselho”, e inclusive coloca em xeque inúmeras decisões passadas.

O conselheiro Dirceu de Mello também citou artigos do Estatuto, mas para defender que os dias parados fossem, sim, assunto no Consun. O professor também lembrou que, mesmo a reitora tendo decidido sozinha por não incluir o assunto na pauta, fez questão de informar o conselho sobre a existência do recurso. “Parece que o seu subconsciente falou mais alto”, brincou.

Risco de engessamento

As respostas da Reitoria centraram-se em alertar para um suposto engessamento da direção da universidade caso o Consun decidisse rever cada medida adotada por Maura. “Ninguém veio ao Consun perguntar se a greve era ou não bem-vinda”, reclamou a reitora.

“O que importa é que aqueles que se sentiram prejudicados pela decisão da reitora não tinham outra alternativa senão recorrer ao Consun”, lembrou a professora Ana Bock. Na mesma linha foi a conselheira Salma Muchail: “olhando apenas o jurídico, corremos o risco de ficar no formal. Abrimos mão da capacidade de pensar”. Dirceu de Mello foi mais longe, considerando que, ao impedir que o desconto dos dias parados entrasse na pauta, “a magnífica reitora usurpou uma atribuição nossa”.

Com os votos favoráveis aos funcionários, o parecer de Anna Cintra foi derrubado, e o desconto dos dias parados será discutido pelo conselho numa das próximas sessões.

Reitora fala em poder de veto e risco na autonomia

Antes de abrir a votação em que a Reitoria foi derrotada, Maura Véras fez questão de fazer um último pronunciamento. “O Estatuto prevê outras alternativas, fala do poder de veto da reitora e do próprio conselho da Fundação São Paulo. Há outras instâncias na universidade. Espero nunca precisar recorrer a elas, espero que o Consun entenda o esforço que estamos fazendo para manter a autonomia da universidade. Evitaremos quaisquer ingerên-

cias externas, mas este conselho tem de ser responsável”, insinuou.

Pelo Estatuto da universidade, o poder de veto da reitora pode ser usado em qualquer circunstância, até dez dias após a decisão do Consun. O assunto, então, deve ser reavaliado pelo conselho. Se o veto for recusado por 2/3 dos conselheiros (considerado o número total de membros), o tema segue para decisão final do Conselho Superior da Fundação São Paulo.

Negociações sobre mensalidades chegam a impasse

Durante a segunda reunião entre estudantes e Reitoria, realizada em 29/11, as negociações quanto ao congelamento das mensalidades, rematrícula de inadimplentes e aumento do número de bolsas continuaram estáticas. Mais uma vez, a Reitoria não abriu espaço para tal negociação, afirmando que o congelamento das mensalidades é inviável frente ao contexto em que se insere a universidade.

“Trabalhamos com a hipótese de um reajuste mínimo da mensalidade”, disse Flávio Saraiva, vice-reitor administrativo, que há uma semana, na reunião do dia 22/11, ainda não havia pensado em anunciar nada, como registrado *PUCviva* n.º 555. Flávio disse que o reajuste das mensalidades faz parte de um quadro de projeções adotado pela gestão Maura Vêras para o aumento de receitas, que conta também com o aumento do corpo discente da universidade.

Os estudantes também reivindicaram o congelamento das reformas administrativas, seguido por um planejamento do tema com toda a comunidade. Como de praxe em toda a reunião com os alunos, os representantes da Reitoria fizeram questão de reafirmar a conveniência das medidas adotadas. Flávio comentou algumas delas, destacando a extinção da Gráfica. “O que o fechamento da Gráfica destrói em nosso projeto de universi-

dade? Absolutamente nada”, afirmou o vice-reitor.

Depois de quase duas horas, a reunião se mostrava sem perspectivas de decisões finais, apesar da insistência dos estudantes. Assim sendo, os representantes dos centros acadêmicos presentes à mesa retiraram-se da sala P-65, alegando protesto contra a negligência da Reitoria em estabelecer uma negociação efetiva. Além disso, os es-

tudantes avaliam que iniciaram as negociações partindo de um retrocesso, já que a intenção era discutir, de fato, uma redução nas mensalidades. Mesmo assim, estudantes e Reitoria reúnem-se novamente nesta semana, dia 6/12, às 18h, no mesmo local, tendo em vista que tais encontros fazem parte de uma agenda que a Reitoria comprometeu-se a cumprir com os estudantes para negociação de suas reivindicações.

APG divulga documento sobre redução

No contexto das negociações entre Reitoria e centros acadêmicos sobre o valor das mensalidades escolares e outros pontos, a Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP vem a público reafirmar seu compromisso histórico com a luta pela redução das mensalidades, abusivamente elevadas na última década para pagamento de juros bancários e sustentação de uma universidade improbilmente administrada. As mensalidades precisam retornar a um patamar aceitável.

Além de sermos favoráveis à redução de mensalidades para todos os cursos, somos também favoráveis a que se atribua direito de matrí-

cula aos veteranos inadimplentes e aos calouros que não podem pagar pela matrícula. Propomos também que se institua mensalidades diferenciadas (extra-rebaixadas) para cursos onde a proporção de pagantes é diminuta.

Neste contexto de reformas administrativas em que estamos, propomos a redução imediata do valor real das mensalidades, no mínimo ao patamar de reajuste nominal zero, e que a partir de 2007, quando já se estará sentindo os efeitos financeiros positivos das políticas, que se passe a um calendário de redução do valor nominal das mensalidades.

Diretoria da APG/PUC-SP

Reitoria recusa convite para reunião aberta

A Reitoria não aceitou o convite feito pela APROPUC para realizar uma reunião aberta com os professores, para esclarecimentos sobre a chamada maximização da Deliberação 65/78 – medida que, no meio das férias, deve passar pela redução de vários contratos e mesmo levar à demissão de inúmeros docentes.

A justificativa foi a intensa agenda de trabalho que vem sendo cumprida pela direção da universidade, em encontros batizados como Oficinas de Planejamento para o ano de 2006, dedicados a estudos sobre a nova aplicação da 65/78. Com isso, a Reitoria propôs uma segunda data, mas não para uma reunião aberta, e sim um encontro com a diretoria da APROPUC.

A presidente da associação, Priscilla Cornalbas, compareceu à sessão do Conselho Universitário de 30/11 para ler o documento elaborado pela APROPUC sobre a recusa. “Entendo que não é hora de polemizar”, declarou a reitora Maura Vêras, depois da leitura, manifestando seu desejo de abrir a palavra apenas à vice-reitora acadêmica Bader Sawaia e ao chefe de gabinete Guilherme Gomes – que não tem assento no Consun.

Bader considerou os encontros setorizados com os Departamentos como uma forma “muito melhor, muito mais abrangente e realista do que uma assembléia aberta” para tratar do assunto. Em seguida, Maura ainda declarou que a Reitoria está totalmente aberta a novas alternativas para a questão dos contratos de professores.



A presidente da APROPUC, Priscilla Cornalbas, lê no Consun a carta aos professores

FÁBIO NASSIF

A carta da APROPUC aos professores

A APROPUC lamenta o fato da Reitoria negar-se a apresentar em uma reunião aberta o sentido das medidas de saneamento do déficit financeiro. Pela primeira vez, houve uma negativa dessa natureza. Fazem parte da história da crise e do movimento docente discussões abertas com a Reitoria. Mesmo no auge dos conflitos, os debates diretos foram realizados, refletindo conquistas democráticas.

Não se pode desconhecer o fato de que a Reitoria está mexendo nas relações trabalhistas mais sensíveis, que são o contrato de trabalho. A explicação de que se trata de medidas emergenciais e transitórias exige uma análise sobre as consequências presentes e o que se apresentará no futuro próximo.

Os professores expressaram na Assembléia, independente das posições da diretoria da APROPUC, questões

como a de “se não era possível outra via para se resolver a crise sem romper relações contratuais”. A reunião aberta da APROPUC com a Reitoria permitiria debater de conjunto a crise e o plano da Reitoria.

Em outras ocasiões, inclusive na última reunião com a Reitoria, a diretoria da Associação questionou o fato de a Reitoria não discutir antecipadamente as soluções e apresentá-las a posteriori, como ocorreu com a maximização da 65/78.

Acreditamos que o chamamento a um debate da Reitoria com os professores cumpre o objetivo de garantir a discussão democrática e processar o conflito pela via da participação ativa dos professores.

Priscilla Cornalbas
Presidente da APROPUC

A negativa da Reitoria

A Reitoria informa que está em permanente contato com os professores, em todas as unidades acadêmicas, nas Oficinas de Planejamento para o ano de 2006. Todas as vice-reitorias têm participado dessa agenda de trabalho, e todo o esclarecimento acerca das medidas aprovadas pelo Consun tem sido realizado nessas reuniões. Nesse sentido, o volume de nossa agenda de trabalho nos impede de participar de encontro aberto com a Assembléia da APROPUC, na próxima 5ª feira, 19h, como nos foi proposto.

Nosso canal de diálogo com a Associação dos Professores está permanentemente aberto. Reiteramos nossa intenção de receber a Diretoria da APROPUC, para o esclarecimento de dúvidas e todas as demais negociações necessárias, na próxima sexta-feira, dia 02 de dezembro, às 14h, na sala P-65.

Atenciosamente,

Guilherme Gomes
Chefe de Gabinete da Reitoria

Rola na rampa

Sipat encerra atividades com prêmios

Na quarta-feira, 30/11, chegou ao fim mais uma Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat). Na cerimônia de encerramento, foram homenageados os apoiadores do evento. Também foram entregues os prêmios para as melhores frases sobre o tema qualidade de vida. O primeiro lugar, premiado com um aparelho de DVD, coube a Montserrat Roca Munné, do setor de Convênios e Bolsas da pós-

graduação, autora da frase "Qualidade de vida: vamos trabalhar essa idéia". Silvana Ribeiro Santana, da Contabilidade, ficou com o segundo lugar, recebendo um mini-DVD. O famoso Lima, do Tuca, ficou em terceiro, ganhando um aparelho de som. Já Maria Lúcia Russo, da DRH, teve frases classificadas em quarto e quinto lugares, e Marcelo Avelino da Silva, da Deric, ficou em sexto lugar.



O professor Luiz Carlos de Campos (à esq.), ao lado do jornalista Flávio Tavares

Evento rememora resistência à ditadura militar

No sábado, 26/11, aconteceu no câmpus Marquês de Paranaguá o debate Memórias do Esquecimento - os porões da ditadura", que contou com a participação de Flávio Tavares, jornalista e autor do livro que deu título ao debate, o professor Hamilton Octavio de Souza, Chefe do Departamento de Jornalismo e diretor da APROPUC, o professor Luiz Carlos de Campos, diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) e João Guilherme Vargas Neto, assessor sindical do Sinpro-SP.

Os participantes discutiram os bastidores da luta armada no Brasil contra os militares, a deposição do presidente João Goulart e a tortura sofrida nos porões da ditadura. Promovido pela atual direção do CCET, o debate teve o objetivo de resgatar a memória do câmpus Marquês de Paranaguá, que durante os anos da ditadura militar teve um papel fundamental na resistência à incursão autoritária dos militares brasileiros. Novos eventos serão agendados nos próximos meses.

Debate sobre estágio curricular nas licenciaturas

A CGE (Coordenadoria Geral de Estágios) em conjunto com Coordenação Geral dos Cursos de Licenciaturas, realiza no dia 12/12, o Encontro Nacional sobre o Estágio Curricular nas Licenciaturas. O evento destina-se a aprofundar o debate sobre a atividade de estágio curricular nessa modalidade de curso, a partir dos documentos regulatórios das Instituições de Ensino Superior e das experiências acadêmicas dos do-

centes participantes, visando a elaboração de um relatório do encontro que ofereça subsídios à implementação dos projetos pedagógicos. Os docentes que atuam nos cursos de formação de professores da educação básica interessados na atividade de estágio curricular são o público-alvo do evento. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail estagios@pucsp.br. Informações: 3670-8298 e 3670-8675.

Funcionária expõe peças de cerâmica

A funcionária Maria Lucia Contin, uma das sócias fundadoras da AFAPUC, está convidando funcionários e professores para a exposição de suas peças de cerâmica que acontece nos dias 5 e 6/12, em seu atelier, na Rua Cardoso de Almeida, 1005 (casa 2), das 14 às 17h. Algumas peças da exposição podem ser encontradas no endereço eletrônico mlucontin.fotos.uol.com.br/ceramica.

AFAPUC faz promoção de panetones

Começa nesta semana a tradicional promoção de panetones da AFAPUC. Entre os dias 6 e 9 de dezembro, das 9 às 17h, os funcionários poderão adquirir os panetones das marcas Bauducco e Visconti, descontando em duas vezes nas folhas de pagamento de janeiro e fevereiro.

PUC oferece curso de intérprete em língua inglesa

No começo do ano letivo de 2006 a PUC-SP oferecerá um Curso Sequencial de Intérprete Inglês/Português e Português/Inglês, destinado a formar intérpretes, propiciando-lhes uma maior proficiência e o domínio das técnicas para que possam atuar como mediadores no processo comunicativo, tanto em reuniões quanto em conferências, congressos e simpósios. O curso destina-se a interessados com pleno domínio dos idiomas inglês e português, portadores de diplo-

ma de ensino médio ou superior em qualquer área (curso sequencial) ou a portadores de diploma de Letras (segunda habilitação). Os interessados deverão fazer sua inscrição na Comissão do Vestibular da PUC-SP. O Edital com os detalhes sobre a documentação necessária, procedimentos e datas de abertura e encerramento das inscrições estará disponível no site da PUC a partir de meados de janeiro. Outras informações podem ser obtidas na Secretaria da Comfil.